

# Plano de Gestão e Valorização de Dados do Município do Porto

---

2021

**Porto.**

# Índice

---

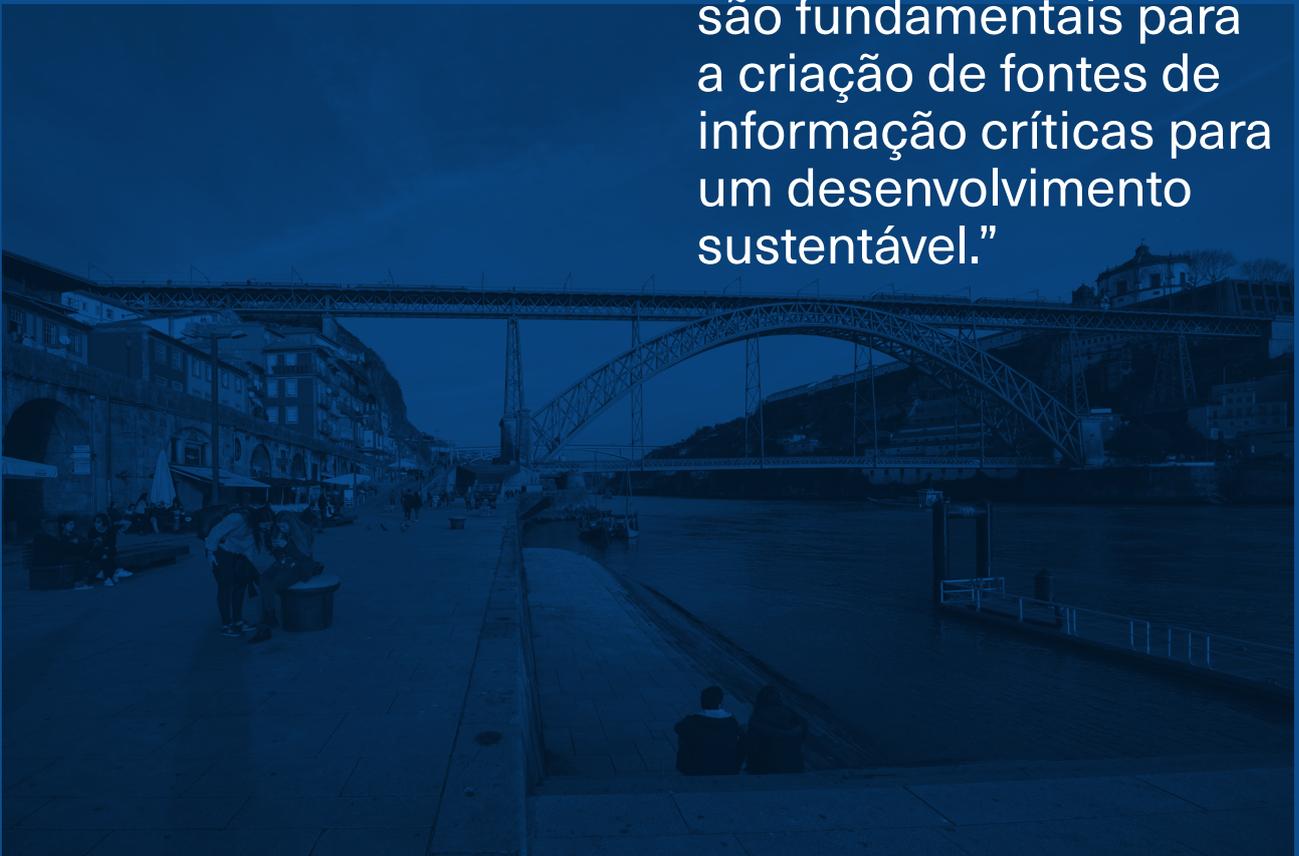
<b>MISSÃO</b>	3
<b>ENQUADRAMENTO</b>	4
<b>1. META-INDEXADOR DE DADOS (<i>INDEX</i>)</b>	7
1.1. Vantagens	7
1.2. Modelo conceptual	7
1.3. Catalogação	8
1.3.1. Metadados e Categorias Temáticas	8
1.3.2. Processo de catalogação	9
1.3.3. Início do serviço e manutenção	9
<b>2. DADOS ABERTOS</b>	11
2.1. O que são Dados Abertos?	11
2.2. Contexto — internacional e nacional	11
2.3. Município do Porto	12
2.3.1. Paradigmas de gestão	12
2.3.2. Análise SWOT	13
2.3.4. Pressupostos	13
<b>3. MODELO DE GOVERNO E GESTÃO</b>	16



---

## Visão

“As cidades, as suas organizações, empresas, cidadãos e visitantes, são atualmente uma fonte inigualável de dados. Devidamente tratados, organizados e partilhados, estes dados são fundamentais para a criação de fontes de informação críticas para um desenvolvimento sustentável.”



## Enquadramento

As instituições públicas são hoje obrigadas a desenvolver ferramentas, políticas e mecanismos de monitorização e avaliação de impacto que funcionem de forma completamente articulada. Esta exigência surge da necessidade de garantir a existência de uma visão de gestão transversal da cidade focada nas necessidades dos cidadãos e assegurando ainda uma forte capacidade de adaptação, e resiliência às mudanças e desafios vividos.

Internamente, é fundamental que seja desenvolvida na administração pública uma cultura organizacional de decisão apoiada em dados (data-driven decision making) e que se assuma, de forma transversal à organização, a importância da informação na gestão e operação dos serviços públicos. No sentido de atingir este objetivo, torna-se fundamental garantir a qualidade, confiabilidade e rastreabilidade da informação, porque sem estas garantias a tomada de decisão, o desenvolvimento de projetos e serviços ou a definição de políticas sairão sempre prejudicados, pelo que não será possível assegurar uma efetiva monitorização, a rápida adaptação e, mais importante ainda, não será possível garantir uma melhoria contínua dos serviços prestados.

Neste contexto, e enquadrado numa perspetiva mais ampla de transformação digital do Município do Porto, estabelecem-se neste documento os princípios orientadores para o desenvolvimento sustentado de uma gestão de valorização da informação no município.

A valorização da informação municipal é, fundamentalmente, suportada por uma plataforma interna de disponibilização de informação organizada sobre todos os conjuntos de dados e recursos associados que o município considera para o desenvolvimento transversal da sua atividade. Esta plataforma funcionará com base em 2 eixos distintos: um Meta-Indexador de Dados transversal ao Município do Porto (MP) e uma estratégia de Dados Abertos para o município e para a cidade.

Apesar de distintos, os dois eixos deste plano são perfeitamente complementares do ponto de vista técnico, mas sobretudo numa perspetiva de gestão eficaz e valorização dos dados.

Exatamente por se tratarem de dados e informação, estas ações são de caráter transversal à organização e resultam também, na prática, na implementação de processos internos ao nível das unidades orgânicas, que assegurem um alojamento e manuseamento seguro dos dados municipais, bem como a publicação de alguns destes conjuntos de dados em Dados Abertos.

**O Meta-Indexador de Dados pretende acrescentar aos sistemas de informação atuais do Município do Porto, uma infraestrutura fundamental para a modernização dos serviços municipais; a estratégia de Dados Abertos, por sua vez, é orientada primeiramente para os munícipes, envolvendo-os na gestão e desenvolvimento da cidade. É uma estratégia que assenta essencialmente na premissa do valor gerado a partir da reutilização de dados públicos, que serve os propósitos de aumentar a transparência governamental e gerar mais inovação.**

Um processo de valorização dos dados numa cidade não pode estar limitado aos dados geridos e produzidos pelo município. É assim crítico desenvolver uma articulação estreita com as principais entidades públicas e privadas, as quais têm um papel relevante no funcionamento e gestão da cidade. Neste processo é indispensável considerar um largo conjunto de entidades, nomeadamente, as entidades responsáveis pela mobilidade na cidade, como são exemplo a Metro do Porto, a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), as entidades responsáveis pela área da saúde, como exemplo a Autoridade Regional de Saúde do Norte, ou ainda, a Universidade do Porto e o Politécnico do Porto, que face à produção de conhecimento, investigação e desenvolvimento, poderão vir a ser, sem dúvida, parceiros fundamentais para a valorização da plataforma.

De carácter essencialmente prático, este documento foi desenvolvido a partir de uma visão pragmática dos recursos e das práticas atuais de gestão de informação no Município do Porto (MP).

---

# 1.



---

## 1. Meta-Indexador de Dados (*Index*)

### 1.1. Vantagens

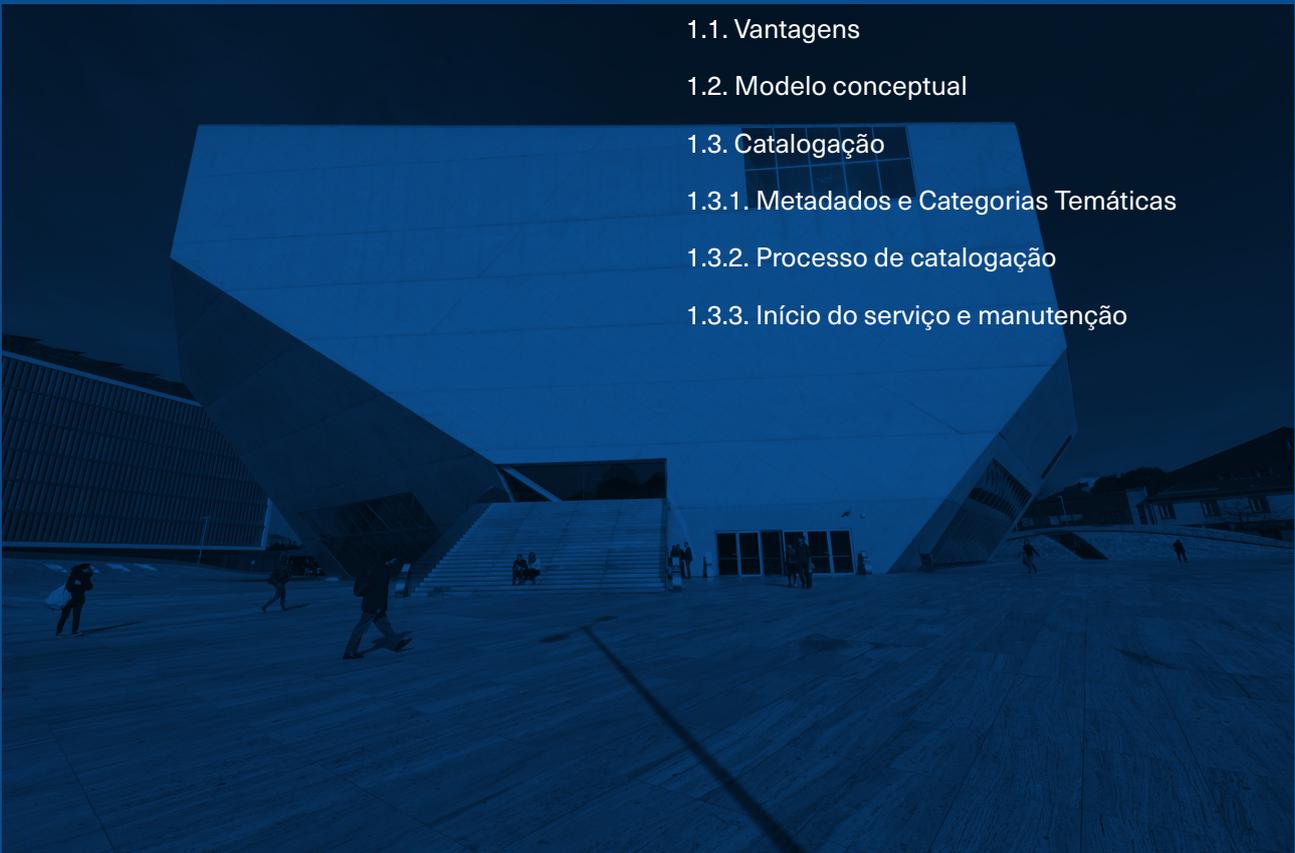
### 1.2. Modelo conceptual

### 1.3. Catalogação

#### 1.3.1. Metadados e Categorias Temáticas

#### 1.3.2. Processo de catalogação

#### 1.3.3. Início do serviço e manutenção



# 1. Meta-Indexador de Dados (*INDEX*)

Atualmente, as grandes organizações são inundadas de dados e informação. O volume, a diversidade e a velocidade dos dados gerados a todo o momento criam sérios desafios - desde o seu armazenamento, regulamentos de privacidade, processos colaborativos, entre outros. Acima de tudo, a forma como hoje os dados são gerados, num ritmo inigualável, cria uma pressão enorme nas organizações, sendo por isso vital desenvolver metodologias eficazes de gestão e valorização dos dados, pois apenas dessa forma será possível produzir informação, isto é, conhecimento, que traga real valor. Neste contexto, a catalogação dos dados, de uma forma transversal à organização, torna-se num elemento crítico na sua própria gestão operacional e estratégica.

O Meta-Indexador de Dados do Município do Porto (*INDEX*) é um sistema unificado de catalogação de dados, acessível aos colaboradores através de um portal, que tem a finalidade de registar e catalogar todos os recursos de dados do Município do Porto.

A implementação de um indexador central de dados, que deverá ser enquadrado como parte integrante de uma política de gestão de informação em curso no MP, tem por base os seguintes pressupostos:

- O catálogo produzido assenta na indexação dos metadados, com a caracterização global do recurso, possuindo ainda uma cópia para acesso rápido e facilitado;
- A indexação dos recursos de dados, incluindo aqueles que se encontrem alojados em infraestruturas diferentes do MP, permite aos utilizadores do *INDEX* uma visão centralizada da organização (onde estão localizados os dados, quem é responsável, data da última atualização e condições de acesso).

## 1.1. Vantagens

A integração do *INDEX* com os sistemas de informação atualmente em utilização no MP, nomeadamente o portal GUIA, GeoPorto e outros sistemas, traz uma série de ganhos potenciais, tanto do ponto de estratégico como na eficiência operacional:

- Um meta-indexador de dados posiciona-se como um elemento estruturante na gestão de informação no Município do Porto, atuando como ponto central e harmonizador dos recursos de dados;
- Permite uma visão geral e abrangente dos dados existentes na organização, quer estejam alojados dentro ou fora da sua infraestrutura;
- Promove, de forma transversal à organização, uma cultura de uso dos dados e da informação no apoio à decisão e de responsabilização de cada gestor de dados (data owner) na gestão e atualização dos mesmos;
- Promove a transparência e partilha interna entre unidades orgânicas;
- Permite identificar vulnerabilidades ou ineficiências, como por exemplo recursos de dados armazenados em locais não seguros, dados duplicados ou até desatualizados;
- Serve como base à estratégia municipal de Dados Abertos: as funcionalidades do *INDEX* permitem definir se um recurso de dados catalogado é considerado publicável ou se, pelo contrário, está impedido de ser publicado.

## 1.2. Modelo conceptual

De forma genérica, um modelo conceptual de uma base de dados permite entender a estrutura lógica subjacente ao sistema desenvolvido. Assim, é um instrumento valioso para descrever a forma como os dados podem ser acedidos, processados ou armazenados.

O modelo conceptual do *INDEX* pode ser resumido da seguinte forma:

- **Acesso aos dados:** efetuado através de um portal online disponível a todos os colaboradores registados com diferentes níveis de acesso a informação considerada confidencial e restrita;
- **Fonte e tipo de dados:** O *INDEX* é agnóstico quanto à fonte e tipo de dados, permitindo, portanto, catalogar qualquer tipo de recurso (por exemplo ficheiro, BD), independentemente das suas características técnicas ou semânticas (por exemplo tipo de ficheiro, proveniência);
- **Integração com sistemas existentes:** A integração do *INDEX* com outros sistemas internos de informação de um nível inferior, nomeadamente o Portal GUIA (que serve atualmente de catálogo digital de dados essencialmente geográficos) é de carácter estrutural na arquitetura de dados do Município do Porto;
- **Desenvolvimento:** O esforço de desenvolvimento do *INDEX* considera essencialmente duas vertentes distintas:
  - o desenvolvimento de uma plataforma com instalação interna (para maior controlo e autonomia para manutenção) de dados no sistema CKAN<sup>1</sup>, acrescido de algum nível de customização;
  - o registo, manual e automático, dos datasets municipais no Portal.
- **Processos internos:** O sucesso da implementação deste projeto passa também, decididamente, pela efetivação de práticas e processos internos que assentem numa perspetiva colaborativa, de partilha e de transparência nos dados municipais.

## 1.3. Catalogação

A gestão de informação é atualmente uma atividade fundamental em qualquer organização e, considerando que o volume de dados continua a crescer, torna-se cada vez mais crítica. Assim sendo, o processo de catalogação dos recursos de dados deve constar dos processos internos das equipas, devendo ser encarado como um esforço coletivo e contínuo, cujos desenvolvimentos ou alterações relevantes são refletidos no *INDEX*.

### 1.3.1. Metadados e Categorias Temáticas

A catalogação dos dados assenta exclusivamente na *indexação* dos metadados, o que significa que no portal são apenas registados os metadados relativos a cada recurso ou conjunto de dados. Dependendo da especificidade de cada recurso ou dataset o *INDEX* poderá ter uma cópia dos dados para acesso rápido e facilitado.

- A estrutura de metadados a ser definida no *INDEX* deve considerar, por um lado, as normas (standards e esquemas) atuais de metadados e, por outro lado, os processos internos nas diferentes unidades orgânicas do MP. Desse modo, minimiza-se em grande medida o esforço de interoperacionalização;
- Como tal, as categorias temáticas disponíveis para registo, ou acesso, no *INDEX* baseiam-se nas 12 categorias que compõem a plataforma GUIA que, por sua vez, se mostram suficientemente abrangentes. As categorias são as seguintes:

<sup>1</sup> Plataforma “*opensource*” de referência mundial para portais de dados.

1. Ambiente	7. Saúde e Ação social
2. Atividade económica	8. Segurança
3. Sociedade	9. Urbanismo e edificado
4. Cultura	10. Infraestruturas e Mobilidade
5. Desporto	11. Administração Pública
6. Educação e Ciência	12. Informação de base e Cartografia

### 1.3.2. Processo de catalogação

O processo de catalogação do *INDEX*, reservado apenas a utilizadores registados, consiste essencialmente no registo de novos recursos de dados e na manutenção de recursos já existentes. Há, ainda assim, alguns aspetos importantes a serem considerados:

- A catalogação pode ser feita de duas formas distintas:
  - *registo / edição manual* (no caso de recursos de dados que não estejam ainda catalogados): efetuado no portal através do preenchimento ou edição dos campos de metadados; a sua indexação fica pendente mediante validação;
  - *registo / edição automática* (no caso de recursos já catalogados no *INDEX* ou em algum subsistema integrado): efetuado de forma automática através de mecanismos de sincronização com outros subsistemas de informação do MP (por exemplo GUIA, GeoPorto).
- O processo de catalogação permite também ao utilizador definir se o recurso é publicável, ou não, no contexto da estratégia municipal de Dados Abertos;
- O processo de catalogação deverá ser feito, de preferência, pelos técnicos que trabalham diretamente com os recursos, pois são eles quem melhor conhece as suas características;
- Cada unidade orgânica é responsável pela atualização regular dos recursos de dados da sua área de ação;

### 1.3.3. Início do serviço e manutenção

A monitorização da atividade de catalogação (criação e atualização dos dados no *INDEX*), através de indicadores e analytics, é essencial para aferir o desempenho do sistema, bem como da sua valorização.

Deste trabalho pode resultar a recolha de informação valiosa para o desenvolvimento de relatórios de monitorização e avaliação da estratégia implementada, assim como, garantir o acompanhamento do envolvimento das Direções Municipais e equiparadas na publicação de dados.

Tendo em conta a transversalidade da sua ação, bem como as suas competências internas, o Departamento Municipal de Proteção de Dados garantirá a monitorização e melhoria contínua, de acordo com o definido no ponto 3 – Modelo de governo e gestão.

---

# 2.



## 2. DADOS ABERTOS

2.1. O que são Dados Abertos?

2.2. Contexto — internacional e nacional

2.3. Município do Porto

2.3.1. Paradigmas de gestão

2.3.2. Análise SWOT

2.3.4. Pressupostos

Publicação

Acesso

Utilização



## 2. DADOS ABERTOS

A premissa fundamental do movimento global “Dados Abertos” assenta no valor gerado a partir da reutilização de dados públicos para vários fins, comerciais ou não-comerciais. O grande valor acrescentado decorrente dos dados abertos, seja no âmbito de maior transparência governamental ou de mais inovação, tem, portanto, mobilizado governos de todo o mundo a desenvolverem estratégias neste sentido.

- **Transparência governamental:** reforça a visão de transparência e prestação de contas do MP perante os seus municípios, e também perante o resto do país;
- **Cidadania ativa:** os cidadãos e outros setores da sociedade, como o jornalismo, a investigação universitária ou mesmo organizações não-governamentais com preocupações cívicas, têm acesso imediato a informação pública, que lhes pertence por direito;
- **Eficiência operacional:** ao abrir alguns dos seus dados, o Município do Porto cria as condições para gerar ganhos operacionais, tornar os seus serviços mais eficientes e eficazes através da redução de esforço na partilha de dados, tanto entre unidades orgânicas como com stakeholders externos;
- **Inovação:** a reutilização de dados públicos no desenvolvimento de aplicações, plataformas ou serviços tem elevado potencial no setor empresarial, servindo de estímulo ao crescimento económico.

### 2.1. O que são Dados Abertos?

*“Dados que qualquer pessoa pode aceder, utilizar, modificar e partilhar, para qualquer propósito”<sup>2</sup>*

O movimento dos dados abertos é parte integrante das políticas dedicadas ao Open Government (Governo Aberto) que, por sua vez, combina os princípios da transparência, participação e colaboração na administração pública.

Na prática, o objetivo principal do movimento global de Dados Abertos consiste em permitir que conjuntos de dados considerados publicáveis sejam disponibilizados em formatos passíveis de serem lidos por mecanismos automatizados, através de formatos e ferramentas abertas, para que possam ser reutilizados, transformados ou integrados por qualquer cidadão ou entidade.

Conjuntos de dados municipais de valor podem ser, por exemplo, horários dos transportes, contratação pública, georreferenciação de serviços públicos, indicadores de qualidade de serviços, educação, planeamento urbano, atividades recreativas, entre outros.

### 2.2. Contexto — internacional e nacional

Apesar de relativamente recente, o movimento Dados Abertos já alcançou muito progresso em todo o mundo, incluindo Portugal. Segue-se uma breve descrição de alguns acontecimentos importantes:

- A Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership*), uma iniciativa global de compromisso para uma governação aberta, foi formalmente lançada em 2011 e conta já com 79 países participantes, entre os quais Portugal;
- Os dados abertos representam um subconjunto importante do vasto domínio de informação do setor público, cuja reutilização é promovida pela diretiva europeia recentemente revista 2019/1024 relativa aos dados abertos e à reutilização de informações do setor público (não tendo ainda transposição legal em Portugal, vigora a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto);
- Desde 2015, o Portal Europeu dos Dados, administrado pela Comissão Europeia, funciona como um repositório pan-europeu de dados publicados pelas administrações públicas a todos os níveis de

<sup>2</sup> Open Definition - <http://opendefinition.org>

governo na Europa. Atualmente, com mais de 13 mil conjuntos de dados é, assim, o principal ponto de acesso em todas as 24 línguas oficiais da UE;

- Grandes organizações internacionais como o Banco Mundial ou a OCDE têm sido igualmente promotoras dos dados abertos em todo o mundo, tendo elas mesmas desenvolvido portais próprios que agregam dados abertos de vários países e regiões;
- A adoção de estratégias de dados abertos é generalizada também ao nível das cidades, surgindo frequentemente integrada numa visão de *smart-city*. Centenas de cidades atualmente, à volta do mundo, publicam os seus dados de forma aberta em plataformas próprias;
- Em Portugal, o portal dados.gov (desenvolvido e administrado pela Agência para a Modernização Administrativa) tem como função agregar, referenciar e alojar dados abertos de diferentes organismos e setores da Administração Pública. Atua também como um portal indexador de conteúdos alojados noutros portais ou catálogos de dados abertos, sejam setoriais (por exemplo Saúde, Justiça, Ambiente) ou municipais (por exemplo Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Águeda).

## 2.3. Município do Porto

À escala global, são inúmeros os exemplos de plataformas, aplicações e serviços comerciais a demonstrar o potencial da reutilização de informação do setor público em formatos abertos. Neste âmbito, algumas cidades podem ser consideradas referência: Nova Iorque, Londres, e especificamente na União Europeia, Amesterdão, Barcelona, Berlim, Copenhaga, Paris e Estocolmo.

No Porto, o desenvolvimento de uma estratégia de Dados Abertos para o município foi inicialmente discutido em 2015. Decorrente desse processo inicial, foi implementada uma plataforma municipal de dados abertos em CKAN acessível em <https://dadosabertos.cm-porto.pt>.

O plano agora proposto pretende ser um instrumento fundamental para acelerar a implementação desta estratégia e contribuir para o desenvolvimento da plataforma.

### 2.3.1. Paradigmas de gestão

É também sobre este trabalho já desenvolvido que, numa ótica do presente e futuro do município, se assume que os dados e a informação revelam-se como um dos principais ativos do MP, orientando os paradigmas da sua gestão do seguinte modo:

- 1) Os dados assumem grande importância na gestão da organização e da cidade e, quando disponibilizados publicamente sob licenças abertas, servem potencialmente também outras entidades e os cidadãos;
- 2) A estratégia municipal de dados abertos está integrada numa visão mais ampla de transparência governativa e de promoção de inovação no município;
- 3) A gestão e sustentabilidade dos processos internos subjacentes à publicação dos dados é operada em conformidade com a política interna de gestão de informação no MP.

### 2.3.2. Análise SWOT

Por forma a avaliar as necessidades de planeamento e suporte à implementação de uma estratégia de valorização dos dados, bem como cenários futuros, foi desenvolvida uma análise SWOT da mesma para o Município do Porto, identificando assim os seus pontos fortes e fracos a par das oportunidades e ameaças às quais está exposto.

Forças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio da Direção Executiva para implementar estratégias;</li> <li>- Já existe uma infraestrutura de dados e processos internos de gestão de dados;</li> <li>- As várias Unidades Orgânicas estão consciencializadas e têm demonstrado disponibilidade para a implementação dos dados abertos;</li> <li>- Certificação da norma ISO 37120: indicadores de serviços e qualidade de vida da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alavancar com base no trabalho (técnico e institucional) já realizado;</li> <li>- Alta interoperabilidade entre sistemas de informação / dados;</li> <li>- Integrar a estratégia de dados abertos numa visão mais abrangente de <i>smart-city</i>;</li> <li>- Potencial de interação com diferentes grupos de utilizadores de dados municipais.</li> </ul>
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de uma política interna de gestão de informação;</li> <li>- O know-how de gestão de dados é relativamente baixo a um nível transversal;</li> <li>- A capacidade interna de desenvolvimento de software é limitada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Complexidade institucional associada a um projeto transversal;</li> <li>- Apesar de já ter sido introduzido anteriormente, o tema dos dados abertos, tem demorado a ser implementado no Município do Porto;</li> <li>- Potencial morosidade na resposta às necessidades de desenvolvimento técnico em conformidade com os procedimentos internos da organização.</li> </ul>

### 2.3.4. Pressupostos

O acesso a dados municipais permite, antes de mais, que a própria Administração Pública possa beneficiar diretamente da abertura dos mesmos que, frequentemente se encontram localizados em sistemas de acesso restrito, sistemas externos à organização ou em formatos de reduzida interoperabilidade.

A possibilidade de aceder a dados municipais de forma imediata, sem necessidade de procedimentos burocráticos, representa potencialmente enormes ganhos de eficiência na gestão de recursos. No entanto, para atingir esse objetivo, é crucial a consideração de alguns pressupostos relacionados com a cadeia de valor dos dados, designadamente a publicação, acesso e utilização dos mesmos.

## Publicação

- Os dados abertos não estipulam que se “abra” toda a informação, mas apenas aquela que, em conformidade com a lei vigente, possa ser considerada pública.
- As 13 categorias temáticas apresentadas no portal municipal de dados são:

Administração Pública e Serviços	Saúde
Mobilidade e Infraestrutura	Cultura e Património
Educação e Ciência	Habitação e Desenvolvimento Social
Ambiente	Urbanismo e Território
Turismo e Lazer	Comércio
Desporto	Sociedade e População
Segurança	

- Estas categorias temáticas foram identificadas com o apoio de uma análise comparativa de *benchmarking* com os melhores exemplos, a nível nacional e internacional, de outros portais de dados abertos em cidades comparáveis com o Porto, pela sua dimensão, cultura ou nível de maturidade tecnológica;
- Assim, nem toda a informação municipal deverá ser tornada pública. No caso do MP, existe um vasto leque de dados que decididamente deve continuar na esfera de acesso restrito — seja por razões de segurança, razões legais ou direito à privacidade dos cidadãos;
- Para além disso, nos casos onde possa existir qualquer tipo de informação identificativa, os procedimentos de abertura de dados contemplam também a anonimização de dados. De todo o modo, a regulação europeia GDPR/RGPD, que considera questões relacionadas com privacidade e proteção de dados pessoais, não terá, em princípio, um impacto direto na publicação de dados abertos do município.

## Acesso

- O acesso aos dados abertos é efetuado através de um portal municipal de dados abertos (<https://dadosabertos.cm-porto.pt/>) que visa facilitar e promover a reutilização dos mesmos, disponibilizando-os para download em um ou mais formatos e ao abrigo de uma licença aberta;
- O acesso a conjuntos de dados dinâmicos, peça fulcral no desenvolvimento da cidade *smart-city*, como por exemplo os dados da rede municipal de transportes, poderá futuramente ser efetuado também de forma automatizada via *Application Programming Interface* (API).

## Utilização

Para que os dados sejam realmente úteis e possam servir, de facto, o processo de decisão, não basta estarem abertos. Os dados devem também ser inteligíveis, de qualidade e ser livres de barreiras de reutilização:

- **Qualidade e integridade dos dados:** dados que não possuam qualidade suficiente (por exemplo valores errados, desatualizados ou inconsistentes) são problemáticos, pela sua fraca usabilidade tanto do ponto de vista da administração pública, como também na perspetiva do utilizador;
- **Metadados:** guardam informações sobre o conjunto de dados, como título e descrição, método de recolha, autor, período de tempo a que se referem, licença, data e frequência de atualização, etc. É por isso essencial publicar dados com metadados adequados e atualizados que assegurem a indexação e usabilidade dos mesmos;
- **Licenciamento:** Ainda que a propriedade dos dados se mantenha inalterada com a sua publicação, é indispensável que os dados estejam associados a uma licença aberta (por exemplo *Creative Commons*) para serem livremente reutilizados, inclusivamente para fins comerciais.

---

# 3.



---

## 3. Modelo de governo e gestão



### 3. Modelo de governo e gestão

O *INDEX*, tal como a estratégia de Dados Abertos, pretende ser visto como um esforço coletivo de toda a estrutura do Município que pretende autonomizar a gestão e implementação da estratégia.

Assim, considerando as necessidades de governo e gestão do sistema e dos processos implementados, torna-se necessário alocar uma Unidade Orgânica Municipal (Departamento Municipal de Proteção de Dados) à monitorização e acompanhamento do funcionamento das plataformas, e também à definição e revisão da política geral de funcionamento, nomeadamente no que refere aos modelos de dados, ontologias e metas de catalogação, publicação e qualidade dos conjuntos de dados, em necessária e fundamental articulação com a salvaguarda dos direitos, princípios, e garantias de proteção dos dados pessoais.

Do ponto de vista operacional, a infraestrutura será da responsabilidade do Pelouro de Inovação e Ambiente, sendo que, do ponto de vista técnico, os dois serviços são desenvolvidos, mantidos e geridos pela Associação Porto Digital.

Do ponto de vista global, o Departamento Municipal de Proteção de Dados terá as seguintes responsabilidades:

- I. Coordenar a implementação, em conformidade com a visão do município, do Meta-Indexador de Dados e da estratégia de Dados Abertos;
- II. Liderar os esforços do Município na implementação de Plano de Gestão e Valorização dos Recursos Informacionais;
- III. Comunicar a importância estratégica de catalogar e partilhar dados abertos, tanto interna como externamente;
- IV. Assistir os Coordenadores das Unidades Orgânicas no processo de catalogação e publicação dos seus conjuntos de dados abertos;
- V. Solicitar *feedback* sobre a qualidade dos dados e recolher novas ideias para melhoria do serviço;
- VI. Promover os dados abertos fora da organização e articular oportunidades de colaboração e inovação a partir dos dados municipais.



ASSOCIAÇÃO

PORTO DIGITAL